O uso de mão de obra infantil nas indústrias britânicas dos séculos XVIII e XIX

Palavras-Chave: Trabalho Infantil, Revolução Industrial, História Econômica

Autores/as:

JOYCE VICTOR FELIX [UNICAMP]

Prof. Dr. JOSÉ RICARDO FUCIDJI (orientador) [UNICAMP]

INTRODUÇÃO:

A primeira Revolução Industrial foi um ponto de virada para a organização social e econômica das regiões que afetou, representando a instauração do modo de produção capitalista e, consequentemente, a geração de profundas transformações em todas as esferas da vida social. Um dos aspectos centrais dessas transformações foi na nova organização do trabalho que se desenvolveu durante o período, efeitos das novas demandas do modelo de produção capitalista industrial. Dentro do debate sobre essa nova organização do mercado de trabalho durante a primeira Revolução Industrial, é central a discussão sobre a utilização, formas e impactos do trabalho infantil durante esse período, tendo em vista a prevalência que o tema tem sobre a percepção geral da Revolução Industrial e a importância dele para sua compreensão.

Tendo isso em mente, a presente pesquisa se propôs a estudar o fenômeno do uso de mão de obra infantil nas indústrias britânicas entre os séculos XVII e XIX, com um foco em seu papel para o processo de industrialização britânica e na consolidação do modo de produção capitalista. Com esse objetivo, trabalhou no estudo e compreensão de quatro pontos principais:

1. A atuação de crianças nos diferentes tipos de emprego em distintas indústrias;
2. As causas para o crescimento do trabalho infantil em paralelo com a crescente mecanização industrial;
3. O declínio da economia familiar característica do período pré-industrial na perspectiva do trabalho infantil;
4. O pensamento e debate dos economistas a respeito deste importante tema social no período de estudo.

METODOLOGIA:

Com o objetivo de melhor compreender o tema de estudo e se desenvolver uma pesquisa ampla sobre ele, o trabalho foi realizado através da seleção, revisão e sistematização de bibliografia pertinente ao trabalho infantil e à legislação fabril na industrialização inglesa, focando especialmente na

compreensão do período, o contexto em volta do tema trabalho infantil e a evolução do debate sobre o tópico nos meios acadêmicos e legislativos. Sendo assim, foram selecionados para a revisão bibliográfica autores clássicos na área de Revolução Industrial como Edward Thompson e Eric Hobsbawn, assim como também pesquisadores importantes dentro da área de estudo sobre trabalho infantil do período, como Jane Humphries, Hugh Cunningham e Clark Nardinelli. Além disso, foi estudado também literaturas de História do Pensamento Econômico afim de se identificar e analisar autores da época e suas influências no debate sobre o tema na época, especialmente no envolvendo as propostas e emendas das leis trabalhistas ligadas ao trabalho infantil. O material pesquisado foi acessado e utilizado tanto pelas obras físicas como por meio das bases de dados disponíveis no Sistema de Bibliotecas da Unicamp.

Além da revisão bibliográfica, a pesquisa se desenvolveu também através da participação dos pesquisadores em um grupo de estudo no Instituto de Economia focado em temas correlatos a respeito da História Econômica da Revolução Industrial, contanto assim com diversas contribuições de outros discentes e docentes participantes do grupo.

RESULTADOS:

Através da revisão bibliográfica e discussões em grupo, foi gerada uma compreensão geral sobre os precedentes, manifestações e papeis que o uso de mão de obra infantil teve durante a Revolução Industrial inglesa. Assim, foi construído um quadro geral de análise das questões apresentadas na introdução, de forma a melhor representar os resultados e estudos gerados no período de pesquisa.

Um ponto que fica claro no estudo da organização do trabalho pré-industrial é que a utilização de mão de obra infantil já era presente dentro dos núcleos de produção familiares ingleses característicos da economia pré-industrial (THOMPSOM, [1968] 1987). De fato, apesar de não serem um ponto de renda central para as famílias, era comum as crianças ajudarem nas tarefas domésticas ou como auxiliares nos trabalhos dos pais. Esse trabalho doméstico e familiar, comum entre os artesões e agricultores, se diferenciava consideravelmente das manifestações de mão de obra infantil posteriores, se caracterizando mais como uma introdução das crianças para os trabalhos dos pais (carreiras aos quais provavelmente seguiriam quando adultos) e um auxílio para os adultos da família. Dessa forma, a transformação observada com a transição desse trabalho doméstico para o industrial é considerável: o trabalho industrial, organizado para seguir os ritmos das máquinas nas linhas de produção, era mais longo, ininterrupto e monótono, além de raramente incluir a introdução gradual ao trabalho que vinha do acompanhamento dos pais como ocorria no trabalho doméstico.

Outra alteração visível entre o trabalho infantil no período pré-industrial e na Revolução Industrial é do papel que esse trabalho tinha para a renda familiar. Como explica Humphries (2010), o gênero definia uma divisão clara no papel de cada membro da família na economia doméstica, com o homem servindo como principal provedor financeiro e a mulher trabalhando na educação dos filhos e realização de tarefas domésticas, sendo auxiliada pelas crianças da família. Apesar de ser um aspecto comum na economia doméstica artesanal, a renda da mão de obra infantil não tinha centralidade nesse contexto,

servindo mais como auxílio para as atividades dos parentes e como processo de aprendizagem e integração das crianças no meio de trabalho. A transição para a sociedade industrial trouxe uma série de mudanças para essa organização, além de um crescimento considerável da utilização de mão de obra infantil devido à essas alterações. Primeiramente, o período da Revolução Industrial foi caracterizado por momentos de estagnação e queda da renda geral dos trabalhadores, especialmente entre os anos de 1770 e 1830, de forma que apenas a renda dos homens não era mais suficiente para sustentar a família, se fazendo necessário empregar não só as mulheres como as crianças também (HUMPHRIES, 2010; CUNNINGHAM, 1990). Segundo, com a introdução de maquinário e novas técnicas nas linhas de produção das fábricas, a utilização de mão de obra infantil e de mulheres se tornou não apenas mais fácil, como mais eficiente para algumas tarefas. As crianças eram capazes de acompanhar o ritmo de trabalho dos adultos com o auxílio das máquinas, representando assim uma mão de obra mais barata e mais disciplinada que a dos trabalhadores mais velhos, e a maior inclusão das mulheres no meio industrial permitiu uma nova fonte de renda para as famílias e um barateamento do custo dos trabalhadores para os empresários. Em setores como os dos engenhos de algodão britânicos do século XIX, por exemplo, cerca de um quarto da mão de obra era composta por mulheres, meninas e homens com menos de 18 anos (HOBSBAWM, 2015).

Por fim, podemos apontar para as problemáticas que a utilização de mão de obra infantil nas indústrias apresentava na percepção dos economistas da época. Em nosso estudo observamos os comentários e estudos de alguns economistas importantes do período sobre a questão, alguns sendo destacados aqui como exemplificação. Karl Marx ([1867] 1983) observa o problema através da perspectiva do mais-valia absoluta, ou seja, como sendo um mecanismo de superexploração dos trabalhadores, tanto pela queda da renda que forçava as famílias a colocarem as crianças no mercado de trabalho como também através das condições insalubres que eram colocadas na indústria. Jevons (1878) e Marshall ([1890] 1983) abordam o tema pela perspectiva do capital humano, apontando como o trabalho infantil impacta o desenvolvimento e aprendizado das crianças para a realização de trabalhos mais complexos devido à falta de oportunidade de educação para essas crianças e para os adultos, na falta de tempo e renda necessária, de educarem seus filhos. Marx, Jevons e Marshall são bem enfáticos na necessidade de restrição e regulamentação da mão de obra infantil afim de se contornar os problemas apresentados, mas não se demonstram a favor da sua proibição. O desenvolvimento da ideia de proibição do trabalho infantil no meio da ciência econômica surge mesmo no século XX com Pigou ([1920], 1962), mas a questão da necessidade de renda extra para as famílias mais pobres continuava presente, de forma que Pigou sugere a inserção de seguridades sociais como compensação para as famílias que dependiam da renda infantil.

CONCLUSÕES:

A pesquisa revelou diversos aspectos importantes sobre o trabalho infantil durante o período da Revolução Industrial inglesa, de forma a permitir uma compreensão melhor dos pesquisadores sobre o assunto. De fato, a questão da mão de obra infantil foi central para se entender o trabalho em geral durante esse período, de forma que sua compreensão revelou diversos aspectos sobre a economia doméstica das famílias, o espaço das crianças nessa sociedade, o trabalho nas linhas de produção e o pensamento econômico da época. O debate do tema é essencial até nos dias de hoje, à medida que, apesar das conquistas dos trabalhadores e avanços na ilegalização do trabalho infantil, ele ainda se encontra presente em alguns espaços da sociedade.

BIBLIOGRAFIA

CUNNINGHAM, Hugh. The employment and unemployment of children in England c. 1680-1851. **Past & Present**, n. 126, p. 115-150, 1990.

HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções: 1789-1848**. Editora Paz e Terra, 2015.

HUMPHRIES, Jane. **Childhood and child labour in the British industrial revolution**. Cambridge University Press, 2010.

JEVONS, William Stanley. **Political economy**. Nova York: D. Appleton & Co., 1878.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia**. São Paulo, Abril Cultural (Coleção “Os Economistas”), 1983 [1a ed.1890; 8a ed. 1920].

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política (Livro I).** São Paulo: Abril Cultural (coleção Os Economistas), 1983 [1867].

PIGOU, Arthur C. **The economics of welfare**. Londres: Macmillan, 1920.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 [1968].